



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA**

LÍDIA BRUNA SENA DE LIRA

**O FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA NO ESTADO DA
PARAÍBA (FUNCEP/PB): UMA ANÁLISE DO FOMENTO À POLÍTICA PÚBLICA
ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

**JOÃO PESSOA/PB
2018**

LÍDIA BRUNA SENA DE LIRA

**O FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA NO ESTADO DA
PARAÍBA – FUNCEP/PB: UMA ANÁLISE DO FOMENTO À POLÍTICA PÚBLICA
ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador(a): Prof. Dr. Vanderson Gonçalves Carneiro

**JOÃO PESSOA-PB
2018**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L768f Lira, Lídia Bruna Sena de.

O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza no Estado da Paraíba (FUNCEP/PB): uma análise do fomento à política pública estadual de economia solidária / Lídia Bruna Sena de Lira. - João Pessoa, 2018.

43 f. : il.

Orientação: Vanderson Gonçalves Carneiro.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. FUNCEP/PB. 2. Políticas Públicas. 3. Economia Solidária. 4. Convênios. I. Carneiro, Vanderson Gonçalves. II. Título.

UFPB/BC

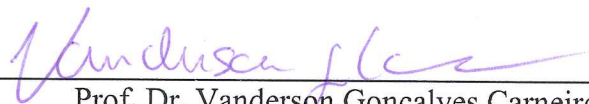
LÍDIA BRUNA SENA DE LIRA

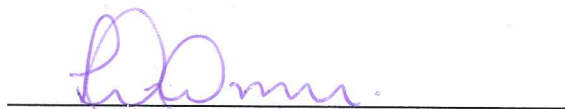
**O FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA NO ESTADO DA
PARAÍBA (FUNCEP/PB): UMA ANÁLISE DO FOMENTO À POLÍTICA PÚBLICA
ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

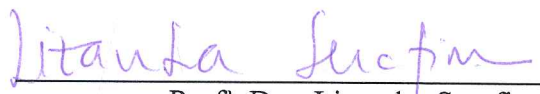
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina de TCC, junto ao Curso de Tecnologia em Gestão Pública, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovado em: 01 / 11 / 2018.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Vanderson Gonçalves Carneiro
Orientador


Prof.ª. Dra. Íris Gomes dos Santos
Examinadora


Prof.ª. Dra. Lizandra Serafim
Examinadora

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

À minha mãe, Ana Maria, e meu companheiro, Tiago, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

A esta Universidade, em especial ao Departamento de Gestão Pública, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

Ao meu orientador Prof. Dr. Vanderson, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

À Banca examinadora presente, pela atenção e leitura da referida pesquisa.

À Gerência de Administração de Fundos - SEPLAG, em nome de Reginaldo Cipriano e Eliane Lopes, pela disponibilidade, atenção e informações prestadas à minha pesquisa.

Aos estimados amigos que a UFPB me presenteou a cada semestre cursado, em especial aos colegas de Gestão Pública.

À equipe da Incubes, pela receptividade e informações prestadas à minha pesquisa.

À TV UFPB, pelo aprendizado e apoio, em meu período de estágio.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, muita gratidão.

RESUMO

A pesquisa buscou realizar um estudo exploratório com o propósito de analisar a participação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza no Estado da Paraíba (FUNCEP/PB) na promoção de ações de economia solidária no Estado da Paraíba, levando em consideração dois períodos, de 2005 a 2014 e de 2015 a 2018. O foco da pesquisa foi, portanto as transferências de recursos oriundos do FUNCEP/PB para ações de economia solidária no estado da Paraíba, através de convênios, termos de cooperação ou congêneres. O FUNCEP/PB financia a execução de projetos prioritários de combate e erradicação da pobreza, sendo estes programas e projetos direcionados ao atendimento dos municípios de todo o Estado, preferencialmente, as localidades com mais baixos indicadores sociais, além de grupos ou famílias que se encontrem em condições de vulnerabilidade social, articulando e integrando ações de várias políticas setoriais, como também programas emergenciais, aprovados pelo seu Conselho Gestor. Ao longo do período analisado buscou-se analisar aspectos que destacam os tipos de apoios realizados, os valores repassados, assim como a relação do FUNCEP/PB na estruturação da política pública de economia solidária no Estado, especialmente após a criação da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária (SESAES) e do Plano Estadual de Economia Solidária. Concluiu-se que o FUNCEP tem papel importante no financiamento de ações de economia solidária, mesmo identificando o baixo percentual destinado para esta política, e aponta para um caminho importante de estruturação da política estadual, seja pela vocação de financiar projetos integrados, como o dos APLs, seja na indução do fortalecimento da institucionalidade da política pública a partir do direcionamento dos recursos para a política no período de 2015/2018 e a centralização da gestão dos recursos na SESAES.

Palavras-chave: FUNCEP/PB, Políticas Públicas, Economia Solidária, Convênios.

ABSTRACT

The research sought to carry out an exploratory study with the purpose of analyzing the participation of the Fund for Combating and Eradicating Poverty in the State of Paraíba (FUNCEP/PB) in the promotion of solidarity economy actions in the State of Paraíba, taking into account two periods, 2005 to 2014 and from 2015 to 2018. The focus of the research was, therefore, the transfer of resources from FUNCEP / PB to solidarity economy actions in the state of Paraíba, through covenants, terms of cooperation or similar. The FUNCEP / PB finances the execution of priority projects to combat and eradicate poverty. These programs and projects are directed to the attention of municipalities throughout the State, preferably the localities with the lowest social indicators, as well as groups or families that are in conditions of social vulnerability, articulating and integrating actions of various sectoral policies, as well as emergency programs, approved by its Management Council. Throughout the analyzed period, it was sought to analyze aspects that highlight the types of support made, the amounts passed on, as well as the relation of FUNCEP/PB in the structuring of the public policy of solidarity economy in the State, especially after the creation of the Executive Secretariat for Security Food and Solidarity Economy (SESAES) and the State Plan for Solidarity Economy. It was concluded that FUNCEP plays an important role in the financing of solidarity economy actions, even identifying the low percentage allocated to this policy, and points to an important way of structuring state policy, whether for the vocation of financing integrated projects, such as the APLs, or in the induction of the strengthening of the institutionality of the public policy from the direction of the resources for the policy in the period of 2015/2018 and the centralization of the management of the resources in the SESAES.

Keywords: FUNCEP/PB, Public Policies, Solidarity Economy, Agreements.

LISTA DE SIGLAS

APLs	- Arranjos Produtivos Locais
CGE/PB	- Controladoria Geral do Estado da Paraíba
FDE	- Fundo de Desenvolvimento do Estado
FUNCEP	- Fundo de Combate e Erradicação a Pobreza
FUNCEP/PB	- Fundo de Combate e Erradicação a Pobreza no Estado da Paraíba
ICMS	- Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e Comunicação
MTE	- Ministério do Trabalho e Emprego
PAIES	- Projeto de Promoção de Ações Integradas de Economia Solidária
SEDAP	- Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca
SEDH	- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano
SENAES	- Secretaria Nacional de Economia Solidária
SEPLAG	- Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
SESAES	- Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária
SIGA/PB	- Sistema de Informações Governamentais do Estado da Paraíba

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Relação do Fundo de Combate à Pobreza por Estado	13
Figura 2	- Organograma interno da SESAES	21
Figura 3	- Os atores/agentes da Economia Solidária no Brasil	28

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	-	Categorização dos Atores das Políticas Públicas de Economia Solidária no Brasil	26
Quadro 2	-	Resumo dos Convênios FUNCEP/PB firmados entre os anos de 2005 a 2014	30
Quadro 3	-	Convênios com entes de economia solidária	32
Quadro 4	-	Principais projetos dos Arranjos Produtivos Locais	35
Quadro 5	-	Recursos FUNCEP/PB destinados a SESAES, entre os anos de 2015 a 2018	39

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	9
1.1	Nota Metodológica	11
2.	REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1	O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza no Estado da Paraíba (FUNCEP/PB)	12
2.2	As Políticas Públicas de Economia Solidária	16
2.2.1	A Política Pública Estadual de Economia Solidária	19
2.3	A Criação da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária (SESAES)	21
2.4	O Plano Estadual de Economia Solidária	23
2.5	Os Atores das Políticas Públicas de Economia Solidária	25
3.	RESULTADOS E DISCUSSÕES	30
3.1	Convênios FUNCEP/PB firmados entre 2005 A 2015	30
3.2	Convênios com interveniência do FUNCEP/PB com Arranjos Produtivos Locais-APLs	33
3.3	Fomento das ações da política pública estadual de Economia Solidária entre os anos de 2015 a 2018	36
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
	REFERÊNCIAS	42

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por propósito analisar a importância da participação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza no Estado da Paraíba (FUNCEP/PB), na promoção de ações de economia solidária no Estado da Paraíba, levando em consideração dois períodos, de 2005 a 2014 e de 2015 a 2018. Para que se compreenda melhor tal análise têm-se como foco de pesquisa as transferências de recursos oriundos do FUNCEP/PB para com as ações de economia solidária no estado da Paraíba, através de convênios, termos de cooperação ou congêneres. O referido fundo financia a execução de projetos prioritários de combate e erradicação da pobreza, sendo estes programas e projetos direcionados ao atendimento dos municípios de todo o Estado, preferencialmente, as localidades com mais baixos indicadores sociais, além de grupos ou famílias que se encontrem em condições de vulnerabilidade social, articulando e integrando ações de várias políticas setoriais, como também programas emergenciais, aprovados pelo seu Conselho Gestor.

O FUNCEP se encontra vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG, desde sua criação, e tem sua gestão subordinada diretamente ao seu Conselho Gestor, sendo parte de uma Gerência de Administração de Fundos. Sua principal delegação é a transferência de recursos a entes públicos e privados do Estado da Paraíba, através de convênios e termos de cooperação, cuja aplicação deve ficar devidamente comprovada nas prestações de contas parciais e final apresentada no decorrer dos procedimentos realizados.

Dentre as ações de combate e erradicação da pobreza, as ações de economia solidária ganham destaque, pois se apresentam como alternativas de geração de renda e trabalho, idealizando novas formas de convivência e de organização comunitária. Estas iniciativas têm seu potencial fundamentado nas relações de mutualidade e reciprocidade, apoiadas na solidariedade e equidade. Assim sendo Pitaguari *et al.*(2012) afirma que é possível construir alternativas socioeconômicas sustentáveis, assumindo um compromisso com um modelo de desenvolvimento que possibilite integrar a sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural, contribuindo para o aprimoramento do próprio ser humano, ganhando na riqueza dos relacionamentos e no convívio social comunitário. Cabe considerar nesta dinâmica que o Estado tem um papel fundamental ao fomentar políticas públicas que visem desenvolver possibilidades de inclusão social, direcionadas às camadas mais negligenciadas, ao melhorar a

qualidade de vida desta população, por meio de intervenções econômicas e sociais, em seus atores e instituições.

Desde 2003, as políticas públicas de economia solidária vêm se estruturando, e começam a adotar uma forma mais sólida ao nível nacional após a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, em 2003, no Governo Lula. Contendo suas raízes a partir de um constante diálogo entre o movimento de economia solidária e o referido Governo. Todavia também pela disseminação deste tipo de política pública em diversos estados e municípios. A Paraíba é destaque no cenário estadual com a criação da SESAES, a elaboração de um Plano Estadual e a execução de diversas ações em promoção a economia solidária. Sendo o primeiro Estado do Nordeste e o terceiro do Brasil a finalizar o seu Plano Estadual de Economia Solidária.

Dessa forma, o presente trabalho visa analisar o papel desempenhado pelo FUNCEP/PB ao longo dos anos no financiamento e promoção de ações e programas voltados para as ações de promoção da política pública estadual de economia solidária na Paraíba. Ao longo do período considerado buscou-se analisar aspectos que destacam os tipos de apoios realizados, os valores repassados, assim como a relação do FUNCEP/PB na estruturação da política pública de economia solidária no Estado, especialmente após a criação da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária (SESAES) e do Plano Estadual de Economia Solidária.

A divisão do trabalho é feita em três capítulos, o primeiro deles é a parte introdutória ao tema com informações sobre o universo a ser abordado, justificando e demonstrando os objetivos deste estudo no tocante o FUNCEP/PB e as ações da política pública estadual de economia solidária, além de demonstrar a metodologia utilizada na pesquisa. O segundo capítulo apresenta o referencial teórico, que envolve o FUNCEP/PB e as políticas públicas estaduais de economia solidária no estado da Paraíba, seu contexto histórico e discussões sobre sua conceituação, a criação da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária (SESAES), e o Plano Estadual de Economia Solidária da Paraíba . Em seguida no terceiro capítulo é realizada a análise das principais ações e resultados obtidos na política pública de economia solidária com apoio dos recursos do FUNCEP/PB, subdividindo em três tópicos, no qual o primeiro aborda os convênios FUNCEP/PB entre os anos de 2005 a 2014, citando em especial os formalizados com entes de economia solidária, no segundo tópico são citados os convênios com interveniência do FUNCEP/PB para subsidiar o Programa de Apoio dos Arranjos Produtivos Locais – APLs, formalizados no ano de 2010.

Em seguida no terceiro tópico, serão relatados os principais projetos fomentados com recursos do FUNCEP/PB pós-criação da SESAES, entre os anos de 2015 a 2018.

1.1 Nota metodológica

Referente à metodologia da pesquisa, este estudo classifica-se como exploratório por revelar a dinâmica e características da relação entre o FUNCEP/PB e as ações da política pública estadual de economia solidária, procurando analisar os seus componentes. Utilizando como abordagem predominante a qualitativa dada a característica dos dados e pela forma que estes serão utilizados e apresentados. Com base na utilização de uma metodologia exploratória, analítica e qualitativa. Os dados utilizados na pesquisa foram coletados entre os meses de agosto e outubro de 2018, conforme suas respectivas fontes:

- O Sistema de Informações Governamentais - SIGA no site oficial da Controladoria Geral do Estado da Paraíba - CGE/PB, onde se disponibiliza o extrato dos contratos e convênios que o Governo do Estado mantém com municípios, e os órgãos estaduais e entidades que estão conveniadas ou contratadas. Para a realização da consulta é necessário informar algum dado relevante, como o número do documento, ou nome do contratado, ou do conveniente, ou ainda, do município onde o contrato ou convênio é executado. Disponível em Consulta de Convênios e Contratos, na página <http://www.cge.pb.gov.br/siga/siga01.asp>;

- Os Dados disponibilizados pela Gerência de Administração de Fundos, da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG), responsável pela administração do FUNCEP/PB e do Fundo de Desenvolvimento do Estado (FDE);

- Os Dados disponibilizados pela equipe técnica da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária (SESAES);

- A página oficial da Secretaria Nacional de Economia Solidária também foi bastante utilizada para visualizar de maneira mais abrangente as políticas públicas de economia solidária executadas em território nacional e a categorização dos atores envolvidos;

- Além de pesquisa bibliográfica através de autores e obras de referência na área, tais como Paul Singer, o Dicionário Internacional da Outra Economia, o Plano Estadual de Economia Solidária, entre outros e a realização da distinção dos grupos de economia solidária de outros que tiveram financiamento do FUNCEP/PB, através de convênios ou congêneres, foi realizada como base na categorização dos atores e agentes da economia solidária, considerando seus princípios e formas de organização.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A fim de fundamentar o presente trabalho, este capítulo foi dividido em cinco partes. Na primeira parte, é apresentado o FUNCEP/PB, mostrando sua legislação, vinculação organizacional, a origem de suas receitas, e finalidade como fundo público, citando os principais estados que utilizam este fundo e a legislação correlata. Na segunda parte deste capítulo, discorre-se sobre as Políticas Públicas de Economia Solidária, com uma breve contextualização, citando os princípios básicos que norteiam a definição da economia solidária, inserindo um subtópico sobre a política pública estadual de economia solidária. A partir deste ponto é apresentando o cenário desta política pública ao nível estadual, com a consequente criação da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária (SESAES) e a importância do Plano Estadual de Economia Solidária. No último tópico deste capítulo é apresentado de forma sucinta os atores e agentes das políticas públicas de economia solidária, levando em consideração a categorização realizada pela SENAES com base nas características das ações de cada ator citado.

2.1 O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza no Estado da Paraíba (FUNCEP/PB)

O Fundo de Combate à Pobreza é um instituto criado para minimizar o impacto de desigualdades sociais entre os Estados brasileiros. Nele pode ser incluído um percentual no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), nas operações internas ou operações interestaduais com substituição tributária, não atendida nos campos criados no Grupo de Tributação do ICMS para a unidade federativa (UF) de destino. Vale lembrar que o ICMS é o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação, e é de competência dos Estados e do Distrito Federal.

Sendo criado inicialmente a nível federal, por meio do artigo 82 do Ato das Disposições Constitucionais Provisórias - ADCP que instituiu o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, a ser regulado pela lei complementar nº 111/2001, com o objetivo de viabilizar a todos os brasileiros o acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social voltados para melhoria da qualidade

de vida. Os únicos estados que não instituíram o Fundo Estadual de Combate à Pobreza foram Acre, Amapá, Santa Catarina, Pará e Roraima. Conforme se pode visualizar mais detalhadamente na figura a seguir:

Figura 1 - Relação do Fundo de Combate à Pobreza por Estado

Relação do Fundo de Combate à Pobreza Por Estado Em Operações Interestaduais				
Estado	Sigla	Legislação De Aplicação do Fundo	Descrição	% Aplicado
ACRE	AC	*****	*****	-
ALAGOAS	AL	Lei Complementar 7.742 de 09/10/2015	FECOEP	2%
AMAPA	AP	*****	*****	-
AMAZONAS	AM	*****	*****	-
BAHIA	BA	Lei 7.988/01; Port. 133/02; Decreto 8.142/02	FUNCEP	2%
CEARÁ	CE	Decreto 31.860 de 29/12/2015	FECOP	2%
DISTRITO FEDERAL	DF	Lei 5.569 de 18/12/2015	FECOP	2%
ESPIRITO SANTO	ES	Lei 10.379 de 16/06/2015	FECOP	2%
GOIÁS	GO	Decreto 5.832/03; Anexo XIV § 6. do Art. 20	PROTEGE	2%
MARANHÃO	MA	Lei 10.329/15 de 30/09/15	FUMACOP	2%
MATO GROSSO DO SUL	MS	Lei 4.751 de 05/11/2015	FECOP	1%
MATO GROSSO	MT	Lei 10.337 de 16/11/2015	FECOMP	2%
MINAS GERAIS	MG	Decreto 45.927 de 29/12/2015	FEM	2%
PARÁ	PA	Decreto 2.358/06; Lei 6.890/06; IN 12/06	FICOP	2%
PARAIBA	PB	Decreto 36.209 de 30/09/2015	FUNCEP	2%
PARANÁ	PR	Lei 18.573 de 30/09/2015 e Decreto 3.339/16	FECOP	2%
PERNAMBUCO	PE	Lei 15.599 de 30/09/2015	FECEP	2%
PIAUÍ	PI	Lei 6.745 de 23/12/2015	FECOP	2%
RIO DE JANEIRO	RJ	Lei Complementar 61/2015	FECOP	2%
RIO GRANDE DO NORTE	RN	Lei 9.991 de 29/10/2015	FECOP	2%
RIO GRANDE DO SUL	RS	Lei 14.742 de 24/09/2015	AMPARA	2%
RONDONIA	RO	Lei Complementar 842 de 27/11/2015	FECOEP	2%
RORAIMA	RR	*****	*****	-
SANTA CATARINA	SC	Lei 13.916/06	FECEP	2%
SÃO PAULO	SP	Lei 16.006 de 24/11/2015	FECOEP	2%
SERGIPE	SE	Decreto 30.118 de 20/11/2015	FUNPOBREZA	2%
TOCANTINS	TO	Lei 3.019 de 30/09/2015	FECOEP-TO	2%

Fonte: Totvs.com (2018)

O Governo do Estado da Paraíba, como consequência da criação do Fundo de Combate à Pobreza, procede ao nível estadual criando o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza no Estado da Paraíba - FUNCEP/PB que foi instituído pela lei nº 7.611/2004, mas efetivamente implementado a partir de 2005, o qual foi regulamentado pelo Decreto Estadual nº 25.879/2005, com disciplinamento de projetos e programas através da Resolução FUNCEP nº 001/2005.

O FUNCEP/PB se encontra vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG, desde sua criação, tendo sua gestão subordinada diretamente ao seu Conselho Gestor, sendo parte de uma Gerência de Administração de Fundos da referida secretaria. Seu Conselho Gestor é composto pelo Secretário de Estado do Planejamento e Gestão, que é o Presidente, e representantes das secretarias estaduais da Educação (SEE), Saúde (SES), Finanças (SEFIN), Desenvolvimento Econômico e Turismo

(SETDE), Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca (SEDAP), e Desenvolvimento Humano (SEDH). Também estão representados em seu colegiado instituições como a UFPB, UFCG, UEPB, o IFPB, a Igreja Católica, a 1ª Igreja Batista de João Pessoa e o Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente (Cendac).

A partir de 2015, passa igualmente a integrar a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, através da criação de uma Gerência de Convênios FUNCEP. Sua principal delegação, como fundo estadual, é a transferência de recursos a entes públicos e privados do Estado da Paraíba, através de convênios e termos de cooperação, cuja aplicação deve ficar devidamente comprovada nas prestações de contas parciais e final apresentada no decorrer dos procedimentos realizados.

Sua finalidade é viabilizar, a população paraibana, acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos serão aplicados, exclusivamente, em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, saneamento básico, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida. Sendo alterado ainda pelas leis nº 9.933/2012, nº 10.507/2015 e nº 10.802/2016.

Segundo preceitua sua legislação vigente e correlata, constituem as receitas do FUNCEP/PB a parcela do produto da arrecadação correspondente ao adicional de dois pontos percentuais na alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ou do imposto que vier a substituí-lo, incidente sobre os produtos e serviços tais como bebidas alcoólicas, exceto aguardente de cana-de-açúcar, armas e munições, embarcações esportivas, fumo, cigarros e demais artigos de tabacaria, aparelhos ultraleves e asas-delta, gasolina, serviços de comunicação, energia elétrica para consumo residencial acima da faixa de 100 (cem) quilowatts/hora mensais, jóias, isotônicos, bebidas gaseificadas não alcoólicas e refrigerantes, perfumes, extratos, águas de colônia e produtos de beleza ou de maquiagem, artigos e alimentos para animais domésticos, exceto medicamentos e vacinas.

Além de dotações orçamentárias, em limites definidos, anualmente, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, doações, auxílios, subvenções e legados, de qualquer natureza, de pessoas físicas ou jurídicas do País ou do exterior, receitas decorrentes da aplicação dos seus recursos e outras receitas que vierem a ser destinadas ao Fundo. Os recursos do Fundo serão recolhidos em conta específica, na forma disciplinada em Decreto do Poder Executivo. Não se aplicando sobre o adicional do ICMS, de que trata este artigo, o disposto no art. 158, inciso IV, e no art.167, inciso IV, da Constituição Federal, bem como desvinculação orçamentária,

conforme previsto no art. 82, § 1º, combinado com o art. 80, § 1º, ambos do ADCT da Constituição Federal. O recolhimento do imposto será efetuado por meio de documento de arrecadação específico e será calculado com base nos procedimentos definidos em Regulamento. O quadro a seguir ilustra o orçamento anual do FUNCEP/PB (2015-2018):

Orçamento 2015-2018				
Distribuição dos recursos	2015	2016	2017	2018
Despesas Administrativas	1.146.000,00	698.000,00	698.000,00	380.000,00
Entidades Filantrópicas (Convênios/Manutenção) Prefeituras (Convênios/Manutenção hospitais/Obras)	19.381.000,00	-	-	-
Secretaria de Estado do Desenvolvimento e Articulação Municipal – SEDAM	8.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	211.500,00
Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia - SEIRHMACT	-	1.000.000,00	22.976.137,68	5.760.000,00
Companhia de Desenvolvimento de Recursos Minerais da Paraíba - CDRM	2.000.000,00	-	-	-
Secretaria de Estado do desenvolvimento Humano - SEDH	40.110.000,00	78.702.808,00	69.552.435,00	66.244.504,00
Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca - SEDAP	8.000.000,00	4.000.000,00	6.500.000,00	8.900.000,00
Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido - SEAFDS	-	4.000.000,00	4.000.000,00	10.000.000,00
Secretaria de Estado da Saúde – SES	-	46.350.000,00	81.701.591,60	60.930.557,00
Companhia Estadual de Habitação Popular - CEHAP	-	4.000.000,00	5.000.000,00	6.288.000,00
Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária Paraíba S/A - EMEPA	500.000,00	415.000,00	177.645,50	10.000,00
Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas – EMPASA	500.000,00	-	-	-
Fundação de Ação Comunitária - FAC	35.000.000,00	-	-	-
Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente - FUNDAC	-	-	1.000.000,00	10.000,00
Total anual	114.637.000,00	144.083.555,09	199.605.809,78	158.734.561,00

Fonte: elaboração própria com base nas informações da Gerencia de Administração de Fundos.

Observa-se que os recursos do FUNCEP são distribuídos, com a aprovação do seu Conselho Gestor, entre despesas administrativas, manutenção de convênios com prefeituras e entidades filantrópicas, Secretaria de Estado do Desenvolvimento e Articulação Municipal – SEDAM, Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia - SEIRHMACT, Companhia de Desenvolvimento de Recursos Minerais da Paraíba – CDRM, Secretaria de Estado do desenvolvimento Humano – SEDH, Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca – SEDAP, Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido – SEAFDS, Secretaria de Estado da Saúde – SES, Companhia Estadual de Habitação Popular – CEHAP, Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária Paraíba S/A – EMEPA, Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas – EMPASA, Fundação de Ação Comunitária – FAC, e a Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente - FUNDAC. Vale resaltar que atualmente a maior parte desses recursos é destinada ao atendimento das demandas da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano - SEDH e da Secretaria de Estado da Saúde.

Para o cumprimento de suas atribuições, o FUNCEP/PB transfere recursos a entes públicos e privados do Estado da Paraíba, através de convênios ou termos de cooperação, cuja aplicação deve ficar devidamente comprovada nas prestações de contas parciais e final. A Constituição da República e a Constituição do Estado da Paraíba preveem a possibilidade de União, Estados, Distrito Federal e Municípios, proporem a celebração entre si, por meio de instrumentos de convênios e congêneres, com vistas ao atendimento prioritário à população, bem como a obrigação de qualquer ente, seja pessoa física ou jurídica, de prestar contas dos recursos públicos por eles recebidos ou administrados.

De fato, este fundo tem como sua orientação principal o combate à pobreza, a partir da criação de meios para o fortalecimento do patrimônio individual e social das áreas pobres. Uma de suas finalidades maior é promover transformações estruturantes que possibilitem um efetivo combate às situações de risco para melhoria da qualidade de vida de parcela da população mais vulnerável.

2.2 As Políticas Públicas de Economia Solidária

A economia solidária é considerada como uma resposta dos trabalhadores às transformações no mundo do trabalho, sendo uma alternativa de geração de trabalho e renda. As dinâmicas que cercam a economia solidária são diversas, e costumam integrar uma

pluralidade de práticas e de atores sociais que, ao se mobilizarem das mais diferentes formas, buscando legitimar a economia solidária como política pública, por isso há uma ampla conceituação do termo e seus diversos desdobramentos. Silva(2017) afirma que cada componente de uma política pública tem seu próprio arranjo de implementação. Além de ter diversas denominações, tais como economia social, socioeconomia solidária, economia humana, economia popular e solidária, economia de proximidade, economia de comunhão, entre outros. Sendo diferente da dinâmica racional da economia capitalista em termos de valores e princípios, pois valoriza outras formas de produção de bens, organização do trabalho e circulação da riqueza. A Senaes elenca como princípios mais importantes para a economia solidária, a cooperação, a autogestão, a ação econômica e a solidariedade. Entendidos como,

1. **Cooperação:** existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de meios de produção, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Está presente em diversos tipos de organizações coletivas associativas: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens, quilombolas, etc.); clubes de trocas etc;
2. **Autogestão:** os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas nos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses etc. Em um projeto autogestionário, apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não substituem e nem impedem o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação. Todo conhecimento produzido por assistentes técnicos ou por trabalhadores/as deve ser disponibilizado para todos/as;
3. **Ação Econômica:** é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais;
4. **Solidariedade:** O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável e com o desenvolvimento sustentável dos biomas; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores/as e consumidores/as; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras;. (BRASIL, SENAES-MTE, 2018)

Enquanto a Carta de Princípios desenvolvida pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária, em junho de 2003, durante realização da III Plenária Nacional da Economia Solidária complementa como pontos convergentes, a valorização social do trabalho humano, a

satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade, a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e os valores da cooperação e da solidariedade. Para Singer (2002), a economia solidária se traduz como uma alternativa ao modelo capitalismo, ao afirmar que,

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. (SINGER, 2002, p. 10)

Enquanto de acordo com Schiochet (2009) no contexto brasileiro, a economia solidária tem como marco histórico de seu surgimento a década de 1980 como uma resposta dos trabalhadores à crise social e econômica gerada pela estagnação econômica e pela reorganização da dinâmica de acumulação capitalista. No entanto, ganha visibilidade nos anos 1990 ao se inserir no debate sobre os potenciais transformadores da luta popular e da classe trabalhadora. Esta réplica dos trabalhadores e comunidades vulneráveis passa a ter um caráter de emancipação, sendo assentada entre o conflito existente entre as conquistas democráticas em contraposição ao crescente desemprego e exclusão social reflexos das escolhas neoliberais para superar a crise de acumulação capitalista.

Vale ressaltar que uma política pública costuma ser entendida como a própria iniciativa estatal de se organizar em planos, programas e ações. Schiochet (2009) acrescenta que um dos principais debates que envolvem a economia solidária como política pública relaciona-se com as potencialidades para a institucionalização de uma nova sociabilidade, da solidariedade e da ação pública diante aos limites dos compromissos próprios da socialdemocracia, bem como à superação das políticas neoliberais.

A economia solidária enquanto política pública começa a adotar uma forma mais sólida em nível nacional após a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, em 2003, no Governo Lula. Contendo suas raízes a partir de um constante diálogo e aproximação entre os movimentos sociais de economia solidária e o referido Governo eleito em 2002. A política pública de economia solidária pode ser vista um processo de conquista social.

2.2.1 A Política Pública Estadual de Economia Solidária

Como reflexo desta dinâmica precursora a nível federal, a economia solidária na Paraíba conquistou espaços políticos na agenda pública com o fortalecimento de suas organizações representativas e com a criação de uma Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária na esfera estadual, vinculada a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, no ano de 2015. Apesar dessa trajetória de conquistas de apoios e de espaços políticos, a economia solidária enfrenta grandes desafios relacionados a atmosfera institucional no qual está inserida.

Conforme o primeiro “Plano Estadual de Economia Solidária da Paraíba: para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável”, a economia solidária é uma prática socioeconômica presente na vida de milhares de trabalhadores que buscam alternativas de renda e de organização societal, sendo o investimento e criação de crédito medidas cruciais para o seu desenvolvimento. Souza (2003) ressalta que a economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra as práticas recorrentes do sistema capitalista. Logo se faz necessário garantir bases de sustentação, tais como fontes de financiamento, redes de comercialização, assessoria técnico-científica, formação continuada dos trabalhadores e apoio institucional e legal por parte das autoridades governamentais.

O diagnóstico realizado pelo Plano Estadual retrata o quão diversa é a prática da Economia Solidária no cenário atual, contribuindo para o oferecimento de subsídios aos processos públicos de reconhecimento das iniciativas, para a formulação das políticas públicas e para a elaboração de um marco jurídico para a economia solidária. O referido diagnóstico cita a situação da Economia Solidária na Paraíba, através de dados dos mapeamentos da Economia Solidária realizados pela SENAES nos anos de 2007 e 2013, mostrando a variação ao longo dos anos das principais características e desafios aos empreendimentos econômicos solidários. Alguns dos principais dados citados, em relação ao cenário da Economia Solidária na Paraíba, conforme o mapeamento, foram:

Tabela 1 – Dados do mapeamento da Economia Solidária na PB

	2007	2013
Nº de EES	670	416
Nº de trabalhadores associados	57 mil	14 mil
Participação relativa dos trabalhadores associados	53% homens - 47% mulheres	51,4% mulheres - 48,6% homens

Área de atuação	-	68% rural, 28% urbana 8% meio urbano e rural
Formas de organização dos EES	58% associação; 31% grupos informais; 7,8% cooperativas.	49% associações; 46% grupos informais; 5,5% cooperativas.
Atividade econômica predominante	-	47% produção e comercializações; 29% poupanças, crédito ou finanças solidárias, principalmente Fundos Rotativos Solidários; 16% comercialização ou organização da comercialização; 5% atividade de consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios.
Rendimentos econômicos	33,7% dizem ser possível pagar as despesas e ter um excedente; 27,2% não tiveram excedentes mas pagaram as despesas; 10,1 não conseguiram cobrir as despesas.	
Principal destino dos produtos e serviços	50,6% venda direta ao consumidor; 36,1% venda a revendedores/atacadistas.	
Principais fontes de custeio	53% dos próprios sócios; 29% doações; 14% empréstimos e/ou financiamentos.	
Principais meios de divulgação	49,8% divulgação alternativa “boca a boca”; 12,7% rádios comunitárias; 12,4% cartazes, catálogos, folhetos e panfletos; 12,3% feiras e exposições eventuais.	
Principais formas de apoio externo	49,3% assistência técnica e/ou gerencial; 45,4% qualificação profissional, técnica e/ou gerencial; 45,7% formação sociopolítica; 3,6% assistência jurídica; 10,6% assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços; 10,8% diagnóstico, planejamento e análise de viabilidade econômica; 5,3% assessoria na constituição, formalização ou registro; 12% elaboração de projetos; 2,6% incubação.	

Fonte: elaboração própria com base no diagnóstico do Plano Estadual de Economia Solidária

Este mapeamento tem como propósito criar uma base nacional de informações que contribua para a visibilidade e o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários por meio do cadastro, redes, catálogos de produtos e comercialização. Dentre as principais dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos para a obtenção de crédito e financiamento, estão a falta de apoio para elaboração de projetos, taxas de juros elevadas e a burocracia dos agentes financeiros. Evidencia-se a necessidade de ações e políticas permanentes de assessoria técnica para que se realize uma melhoria na organização e fomento dessas experiências que dependem bastante dos processos de estímulos externos.

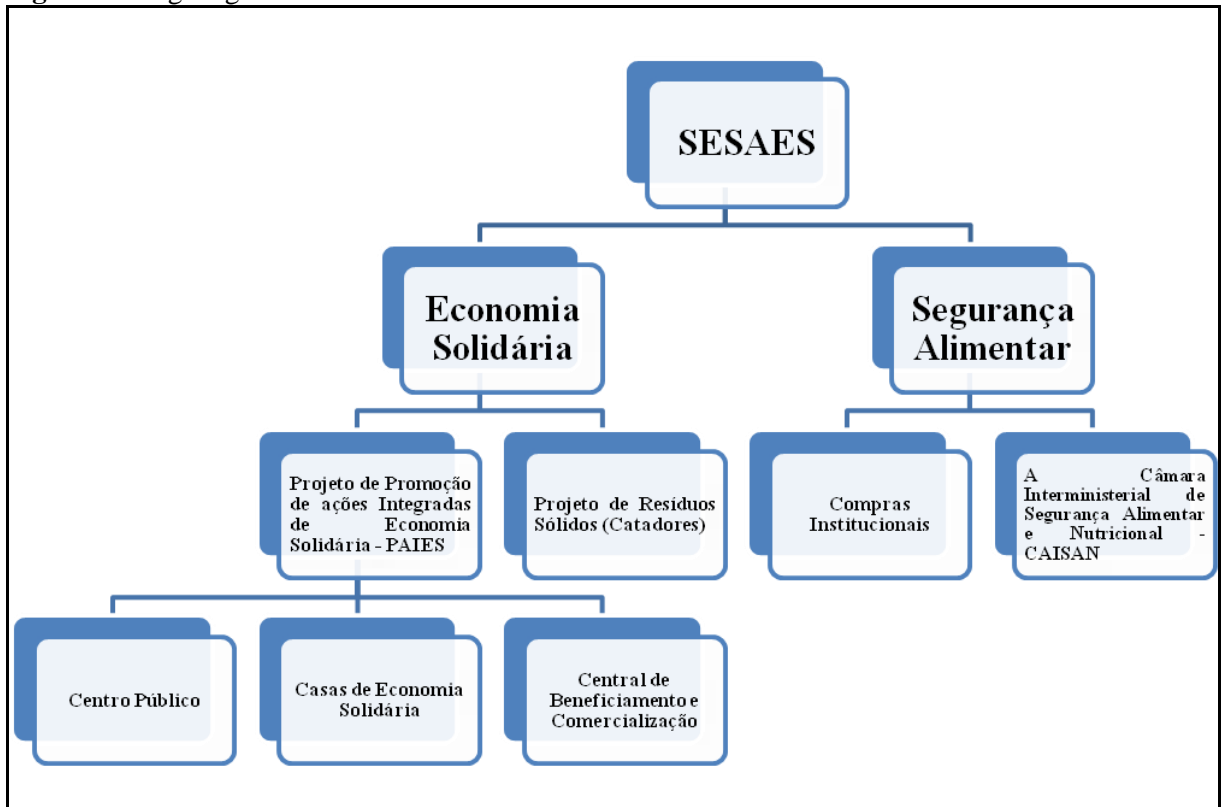
Cabe frisar que os principais desafios a serem enfrentados giram em torno de problemas com a comercialização, o marco legal, a assistência técnica e o acesso ao crédito, além das dificuldades encontradas na dimensão institucional devido a falta de

comprometimento por parte dos gestores públicos para com a efetivação desta política pública, nos níveis nacional, estadual e municipal.

2.3 Criação da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária - SESAES

A SESAES foi criada no âmbito da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano-SEDH, por meio da Medida Provisória nº 230/2015, de 02 de janeiro de 2015, que altera a Lei Estadual nº 8.186/2007, que estabeleceu a Estrutura Organizacional da Administração Direta do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências. Sendo fruto da proposição da sociedade civil que vinha pautando junto ao governo estadual a organização e implementação de políticas públicas estaduais de Segurança Alimentar e Economia Solidária. Tem como missão ampliar e fortalecer as iniciativas de Segurança Alimentar e Economia Solidária, assegurando o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, bem como atender as diretrizes da cooperação, autogestão e solidariedade, no Estado da Paraíba. Seu organograma funcional se dá pela seguinte forma:

Figura 2 - Organograma interno da SESAES



Fonte: SESAES, 2015.

De acordo com o referido organograma da SESAES, tem-se que a mesma subdivide suas atividades entre dois pontos principais a Economia Solidária e a Segurança Alimentar. Dentro das ações de Economia Solidária há dois projetos, sendo estes o Projeto de Promoção de Ações Integradas de Economia Solidária – PAIES e Projeto de Resíduos Sólidos (Catadores).

O PAIES é o resultado do convênio federal com a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, os recursos investidos objetivam apoiar as iniciativas de cooperação solidária, os circuitos e espaços de comercialização e finanças que fortaleçam as redes produtivas. Visando a promoção de iniciativas de desenvolvimento sustentável com inclusão social, além do fortalecimento das cadeias produtivas. Em sua gestão, o PAIES conta com a participação do Fórum Estadual de Economia Solidária em seu Comitê Gestor, o que enaltece a parceria entre o Estado e a sociedade, refletindo também na forma e conteúdo tomado pela pública estadual de economia solidária.

Enquanto o Projeto de Resíduos Sólidos (Catadores) é voltado para o assessoramento e implantação de três redes de comercialização com público de catadores, sendo mais uma forma de fomento a Empreendimentos Econômicos Solidários atuantes com Resíduos Sólidos no Estado da Paraíba.

Ainda dentro da dinâmica de implantação do PAIES se edifica a criação de espaços públicos de Economia Solidária, como o Centro Público de Economia Solidária (João Pessoa), as Casas de Economia Solidária (Pombal, Sumé e Soledade) e a Central de Beneficiamento e Comercialização (Sapé), unindo catadores, artesãos e a agricultura familiar. Assim contribuindo para melhor distribuição destes espaços no território paraibano, pois constituem ações diversificadas e integradas, que convergem para a viabilidade econômica, democrática, associativa e ambiental de cada região em que se localiza, através de três frentes:

- Comércio justo e solidário, e consumo ético;
- Assessoria técnica;
- E a organização e fortalecimento de redes solidárias.

Nesse contexto, a transferência de recursos do FUNCEP/PB é atualmente o principal meio de financiamento utilizado pelo Governo do Estado para concretizar a viabilização de tais programas e ações, contribuindo para a estruturação de projetos subsequentes e complementares.

2.4 O Plano Estadual de Economia Solidária

O Plano Estadual de Economia Solidária é um instrumento indispensável para orientar a gestão pública em seu compromisso ético-político de democratização da sociedade brasileira, o que passa pelo reconhecimento, valorização e fomento da Economia Solidária como possibilidade concreta e digna para centenas de milhares de trabalhadores e trabalhadoras nos municípios paraibanas. Além de constituir uma importante estratégia de participação da sociedade na construção, no monitoramento e na avaliação de políticas públicas.

O Governo do estado da Paraíba, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano e da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária, no ano de 2016, realizou diversas reuniões, para discutir a elaboração do Plano Estadual de Economia Solidária. Participaram deste momento diversos segmentos, tais como; Incubadora de Empreendimentos Econômicos e Solidários - Incubes/UFPB, Associação dos Artesãos da Rainha da Borborema - ATERB, Mãos Criativas, Associação de Mulheres Artesãs de Campina Grande - AMACG, Instituto Marista de Solidariedade - IMS, Maria Fuxico, Centro de Ação Cultural - Centrac e o Banco Comunitário Jardim Botânico.

A discussão central das reuniões foi sistematizar e trabalhar de forma participativa e democrática a elaboração do Plano através de quatro eixos prioritários, que norteiam pontos considerados prioritários e estratégicos, contemplando o fortalecimento e o desenvolvimento das políticas públicas estaduais de Economia Solidária na Paraíba. Os principais eixos propostos pelo Plano são: i) a Produção, Comercialização e Consumo, ii) Finanças Solidárias (acesso ao crédito), iii) a Formação e Assessoramento Técnico e, por último, iv) Ambiente Institucional e integração de políticas públicas, todos com proposições e integração entre eles.

Assim no Eixo 1, intitulado Produção, Comercialização e Consumo, o foco das linhas de ação são o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário – SCJS, a e-Comercialização Solidária, a promoção do desenvolvimento territorial e setorial e reconhecimento da diversidade, a criação e estruturação de espaços de comercialização, e o acesso aos mercados institucionais.

Enquanto no Eixo 2, intitulado Financiamento: Crédito e Finanças Solidárias, o foco das linhas de ação são a criação de um programa estadual de apoio a implantação de bancos comunitários e fundos rotativos solidários, a criação de um programa de financiamento e

fomento de iniciativas de finanças solidárias estaduais, além da aprovação e implementação do fundo estadual de finanças solidárias com recursos do FUNCEP/PB.

No Eixo 3, denominado Acesso a Conhecimento: educação, formação e assessoramento, as principais linhas de ação propostas são a criação do Programa Estadual de Formação em Economia Solidária, o assessoramento técnico permanente e especializado, além da comunicação e divulgação.

No quarto Eixo, Ambiente Institucional: Legislação e Integração de Políticas Públicas, voltado para a elaboração de instrumentos jurídicos e institucionais, as linhas de ação giram em torno das Compras Institucionais, o marco legal e integração das políticas públicas, participação e controle social e o estabelecimento de Metas 2016 - 2019.

O Plano foi construído através de propostas que foram diagnosticadas nas conferências territoriais que aconteceram nos territórios do Sertão, Agreste e Curimataú, Cariri e Zona da Mata. Foram momentos de mobilização, partilhas, aprendizagem e proposições. Ao todo, participaram 491 pessoas de 74 municípios paraibanos, segundo informações divulgadas no site oficial do governo estadual da Paraíba.

A Paraíba foi o primeiro Estado do Nordeste e o terceiro do Brasil a finalizar o Plano Estadual de Economia Solidária. Naquele período a Secretária Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária, Ana Paula Almeida, avaliou que essa fase final foi importante, sobretudo, porque foram quatro anos de luta e conquista para consolidar enquanto política pública de Estado. Declarando que,

“Esse Plano é a nossa bússola, ele é quem vai direcionar os caminhos para ações de Economia Solidária, nele se delimitam todas as metas para os quatro anos, importante destacar a participação da sociedade civil através dos empreendimentos, dos órgãos de assessoria técnica e do Governo, então foi uma construção dentro do diálogo participativo”(SOUZA, 2016)

O Plano teve como foco principal reunir todas as propostas que foram discutidas através das conferências territoriais realizadas anteriormente, sendo criadas linhas de ações e propostas de como potencializar e fortalecer os empreendimentos econômicos solidários e, com isso, repaginar o cenário da economia solidária no Estado da Paraíba.

Em setembro de 2017, as questões relacionadas ao desenvolvimento de uma política estadual de economia solidária no Estado da Paraíba foram discutidas durante audiências pública realizada na Assembleia Legislativa. Na ocasião, o Governo do Estado, por meio da

Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária, apresentaram as ações desenvolvidas ao longo dos últimos quatro anos. Segundo a Secretária Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária do Estado, Ana Paula Almeida, a audiência foi extremamente importante para aprofundar o debate entre as diversas cooperativas, associações e grupos informais no que tange à política da economia solidária no Estado da Paraíba.

Tomando como referência ainda os princípios da participação e da construção coletiva que orientam a Economia Solidária, construiu-se um processo envolvendo diferentes sujeitos que assumem o movimento como realidade e como desafio. Ainda de acordo com a representante da SESAES, dentre as principais questões apresentadas e discutidas ficou a definida a criação de uma Frente Parlamentar, por meio de comissão composta por representantes da Assembleia Legislativa, Governo do Estado e entidades de apoio e cooperativas, que irão elaborar a proposta de lei, discutir formas de fortalecimento da política através da institucionalidade da Lei da Economia Solidária, e da criação de um Fundo que irá amparar a política de forma continuada e permanente.

2.5 Os atores das Políticas Públicas de Economia Solidária

A Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES coloca que se pode organizar os grupos que desenvolvem a economia solidária no Brasil em quatro categorias: Empreendimentos Econômicos Solidários, Entidades de Apoio e Fomento, Organizações de Representação e Governos.

Deste modo, uma primeira categoria seria a dos Empreendimentos Econômicos Solidários, geralmente organizações coletivas e suprafamiliares, ou seja, compostas por mais de duas pessoas que não pertençam à mesma unidade familiar. Os participantes são trabalhadores dos meios urbano ou rural, que exercem a gestão democrática das atividades e da distribuição dos resultados. Mantendo-se o foco na realização de atividades econômicas, de modo permanente, ou que tenham esse objetivo quando estiverem em implantação.

Uma segunda categoria a ser considerada são as Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária – EAFs, sendo estas as organizações públicas e privadas sem fins lucrativos que desenvolvem ações de apoio direto, como capacitação, assessoria, incubação, acesso a mercados, assistência técnica e organizativa, junto aos Empreendimentos Econômicos Solidários.

A terceira categoria também importante são as Organizações representativas e movimentos sociais voltadas para a luta pelo desenvolvimento da Economia Solidária, representam de maneira relevante os empreendimentos econômicos solidários. Estas instituições atuam na mobilização dos participantes da Economia Solidária e na defesa dos seus interesses junto ao Estado e à sociedade.

E ainda os Órgãos Governamentais, pois é notável que diversos órgãos estatais atuam no fomento à Economia Solidária, nos três níveis: federal, estadual e municipal, o que pode ser observado no Plano Plurianual, que inclui a Economia Solidária em diversos programas, objetivos e ações. Nos governos estaduais e municipais, a Economia Solidária está presente em órgãos governamentais de praticamente todos os estados brasileiros e em vários municípios. Quando não têm Economia Solidária no nome, são órgãos pautados no trabalho, geração de renda, desenvolvimento, empreendedorismo, assistência social e pequenas empresas.

Outra categoria de suma importância é a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, que possui o objetivo de contribuir para legitimar e consolidar políticas públicas de Economia Solidária, sendo criada em 2003. A Rede é uma articulação de gestores e gestoras de políticas de economia solidária de Prefeituras e Governos Estaduais, e existe para proporcionar intercâmbio, interlocução, interação, sistematização, proposição de políticas públicas governamentais e realização de projetos comuns para o fomento e desenvolvimento desta política pública, buscando qualificar a proposição e ações desenvolvidas a partir dos órgãos de governo para este segmento. É possível exemplificar a referida categorização citada pela SENAES pelo quadro a seguir:

Quadro 1 - Categorização dos Atores das Políticas Públicas de Economia Solidária no Brasil

Categorias	Exemplos
1. Empreendimentos Econômicos Solidários	- Cooperativas; - Associações; - Grupos informais; - Sociedades mercantis.
2. Entidades de Apoio e Fomento	- Organizações da Sociedade Civil, também conhecidas como ONGs; - Incubadoras universitárias de cooperativas populares e empreendimentos solidários.
3. Organizações representativas e movimentos sociais	- O Fórum Brasileiro de Economia Solidária; - A União Nacional das Organizações Cooperativas Solidárias (UNICOPAS), composta pelas organizações: - UNISOL – Central de Cooperativas e Empreendimentos

	<p>Solidários;</p> <ul style="list-style-type: none"> - UNICAFES - União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária; - CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil; - O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis; - A Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária (ANCOSOL); - A Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária (CONFESOL);
4. Órgãos Governamentais	<ul style="list-style-type: none"> - No nível federal, a SENAES, mas há vários órgãos que também possuem ações vinculadas; - Nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, contando com núcleos e seções de economia solidária na grande maioria dos estados brasileiros; - Nos governos estaduais e municipais, a Economia Solidária está presente em órgãos governamentais de praticamente todos os estados brasileiros e em vários municípios; - Além da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

Fonte: SENAES-MTE, 2018.

De acordo com Secchi (2016), esta categorização dos atores e ou agentes serve para agregar os que possuem características em comum e distinguir aqueles com características diferentes. Assim cada arena política tem uma configuração de atores bastante simbólica, com prevalência de alguns e ausência de outros. A participação de atores em uma arena acontece em função de quão diretos são os efeitos da política pública sobre suas atividades, a probabilidade de implicações positivas ou negativas, a presença territorial na área de aplicação da referida política pública, bem como a acessibilidade aos processos decisórios e de implementação da mesma.

O campo da economia solidária é marcado especialmente pela heterogeneidade. Logo há diversidade entre os empreendimentos, que variam em dimensão, grau de organização, setores de inserção econômica e grau de dependência dos instrumentos de proteção social. Diversidade que se apresenta entre as realidades locais, desde as pequenas cidades, onde se confundem as fronteiras entre o rural e o urbano, e as grandes metrópoles hipertrofiadas.

As experiências de gestão no âmbito das políticas de apoio e fomento à economia solidária também variam enormemente entre si, diferindo quanto ao tempo de implantação das políticas, grau de institucionalização, lugar institucional e disponibilidade de recursos orçamentários. Daí a ineficácia das fórmulas prontas de gestão pública, que podem funcionar em alguns contextos específicos e serem absolutamente inoperantes em outros. O processo de

formulação de políticas é um jogo dinâmico entre atores que interagem naquilo que pode ser chamado de arenas.

Alguns atores são formais, como os partidos políticos, os presidentes, as equipes de governo, as legislaturas, os tribunais e a burocracia. Suas funções na elaboração de políticas são formalmente estabelecidas pela Constituição. Outros atores são informais, como os movimentos sociais, as empresas e os meios de comunicação. Não possuem um papel formal, mas, em muitas ocasiões, despontam como atores protagonistas e influentes.

Verifica-se que na Paraíba há uma grande diversidade de atores sociais e experiências concretas no campo da Economia Solidária, envolvendo a sociedade civil, os empreendimentos e instituições de fomento, juntamente com o Governo do Estado, na figura da SESAES. O Atlas da Economia Solidária no Brasil mostra a seguinte figura com os principais atores e agentes:

Figura 3 - Os atores/agentes da Economia Solidária no Brasil



Fonte: Atlas da ES no Brasil 2005

Conforme visto na figura a anterior, têm-se os atores relevantes que fazem parte da Economia Solidária no Brasil, são aqueles que têm capacidade de influenciar o conteúdo e os

resultados da política pública. Desta maneira, as políticas públicas de economia solidária, em todo o Brasil, são realizadas em estreita parceria com a sociedade. Carneiro (2012) afirma que:

[...] a diversidade desses atores, conjugada com os diferentes entendimentos da economia solidária, suas diferentes tradições e projetos políticos dão ao atual cenário um campo aberto de discussão que refletirá nas políticas públicas criadas para a promoção da economia solidária (CARNEIRO. 2012, p.73).

Sugerindo um campo heterogêneo de experiências, tendo em vista que esta diversidade de atores da Economia Solidária ainda acolhe grupos informais até fábricas recuperadas, passando por cooperativas de serviços, de agricultura familiar, assentamentos de reforma agrária, redes e cadeias produtivas de mel, algodão, e entre outros. Faé e Nonato (2017), acrescenta que é possível inferir que a trajetória da Economia Solidária abarca atores governamentais e da sociedade civil em busca de uma alternativa coletiva e autogestionária em contraposição ao panorama de precarização do trabalho predominante no modelo capitalista. Sendo o fortalecimento no campo institucional contribuiu para o reconhecimento do trabalho associado e da necessidade de instrumentos públicos de incentivo dessa dinâmica econômica como estratégia de desenvolvimento.

Nesse sentido, a criação da SESAES e a elaboração do Plano Estadual de Economia Solidária representam um marco para ampliar as ações e coordenar as iniciativas de Economia Solidária no nível estadual, sendo importantes interlocutores com os empreendimentos econômicos solidários, as entidades de apoio e fomento, as organizações de representação e governos. Com efeito, há o reconhecimento de que a Economia Solidária atualmente tenha conseguido ser inserida na agenda governamental estadual de forma transversal, gerando a ampliação de sua força institucional enquanto política pública.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo se discute as principais ações e resultados obtidos na política pública estadual de economia solidária com apoio dos recursos do FUNCEP/PB. Na primeira parte será elencado os convênios FUNCEP/PB firmados entre os anos de 2005 a 2014, demonstrando a quantidade de convênios por ano, principais convenentes e valor total dos recursos transferidos anualmente. Na segunda parte, apresenta-se os convênios com interveniência do FUNCEP/PB com Arranjos Produtivos Locais-APLS, sendo demonstrado o número de convênios, órgãos governamentais envolvidos, objetivo principal de cada convênio e o valor total das transferências para as APLs.

Neste capítulo é abordado como a economia solidária na Paraíba conquistou espaços políticos na agenda pública com o fortalecimento de suas organizações representativas e com a criação de uma Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária na esfera estadual. Apesar dessa trajetória de conquistas de apoios e de espaços políticos, a economia solidária enfrenta grandes desafios relacionados ao ambiente institucional no qual está inserida.

3.1 Convênios FUNCEP/PB firmados entre os anos de 2005 a 2014

Considerando que todo convênio é uma forma de ajuste entre o poder público e entidades públicas ou privadas, buscando a consecução de objetivos de interesse comum, por colaboração mútua, portanto tem finalidade não lucrativa e social. Através de consultas à Gerência de Administração do FUNCEP/PB e ao Sistema de Informações Governamentais, disponibilizado em site oficial do Governo do Estado da Paraíba, pode se elencar de maneira sintetizada o quadro de convênios celebrados, entre os anos de 2005 a 2014, com recursos do FUNCEP/PB. O quadro a seguir resume a quantidade de convênios, convenentes e o valor total de recursos destinados por cada ano:

Quadro 2 – Resumo dos Convênios FUNCEP/PB firmados entre os anos de 2005 a 2014

Ano	Quantidade de convênios	Principais Convenentes	Valor total dos recursos
2005	31	- 6 Prefeituras; - 1 Superintendência estadual; - 24 organizações não governamentais.	2.971.299,25

2006	69	- 19 Prefeituras; - 18 Órgãos ou entidades estaduais da administração, direta ou indireta; - 32 organizações não governamentais.	26.761.660,23
2007	108	- 27 Prefeituras; - 43 órgãos ou entidades estaduais da administração, direta ou indireta; - 38 organizações não governamentais.	53.317.301,12
2008	75	- 39 Prefeituras; - 02 órgãos ou entidades estaduais da administração, direta ou indireta; - 34 organizações não governamentais.	12.218.808,89
2009	46	- 18 Prefeituras; - 02 órgãos ou entidades estaduais da administração, direta ou indireta; - 26 organizações não governamentais.	12.011.752,73
2010	45	- 09 Prefeituras; - 03 órgãos ou entidades estaduais da administração, direta ou indireta; - 33 organizações não governamentais.	13.458.913,23
2011	28	- 05 Prefeituras; - 23 organizações não governamentais.	7.725.822,63
2012	44	- 06 Prefeituras; - 01 órgãos ou entidades estaduais da administração, direta ou indireta; - 37 organizações não governamentais.	15.336.788,23
2013	30 obs.: + 1 Termo de Cooperação	- 05 Prefeituras; - 03 órgãos ou entidades estaduais da administração, direta ou indireta; - 23 organizações não governamentais.	40.136.829,19
2014	31	- 01 Prefeitura; - 30 organizações não governamentais.	18.598.053,03

Fonte: elaboração própria com base nas informações do SIGA/PB, 2018.

Entre os principais e mais frequentes convenientes visualizam-se Prefeituras municipais, órgãos ou entidades da administração pública estadual, direta ou indireta, e organizações não governamentais. Observa-se que já existiam algumas iniciativas de fomento à Economia Solidária com recursos do FUNCEP/PB, mesmo antes da criação da SESAES e do Plano Estadual de Economia Solidária, pois foram celebrados convênios com algumas associações e organizações não-governamentais, que podem ser consideradas como segmentos da economia solidária no estado paraibano, como elencado no quadro a seguir:

Quadro 3 – Convênios com entes de economia solidária

Nº do Convênio	Conveniente	Objetivo	Valor Total R\$
69/2006	Associação Comunitária Beneficente de Caldas Brandão-ACOBECAB	Construção de um aviário comunitário para criação de aves de corte, na comunidade tanques, no município de Caldas Brandão.	149.974,13
65/2006	Associação de Pescadores Artesanais de Marizópolis-APAM	Projeto de piscicultura em tanques-rede na comunidade de ribeirinha no município de Marizópolis/PB.	138.365,00
31/2006	Associação Mãos Que Se Ajudam de Artesãos e Produtores Caseiros de Cocada na Kenga e Material de Limpeza	Aquisição de equipamentos e utilitários para produção de cocadas na Kenga, no município de Lucena-PB.	15.000,00
71/2008	Associação Mãos Que Se Ajudam de Artesãos e Produtores Caseiros de Cocada na Kenga e Material de Limpeza	Construção da unidade de produção artesanal de cocada “Cocada na Kenga”, no município de Lucena-PB.	149.000,00
56/2008	Associação de Apoio ao Trabalho Cultural, Histórico e Ambiental-APÔITCHÁ	Manutenção de ações educativas de apoio aos projetos a roda do sol (casa lar) e roda rede, promovidas pela Associação, no município de Lucena-PB.	40.000,00
13/2008	Associação Beneficente do Homem -Homo Vitae	Aquisição de máquinas de costura, conjunto de serigrafia composto de mesa de serigrafia e mesa de revelação, no município de Itatuba-PB	20.170,13
21/2010	Associação de Apoio ao Trabalho Cultural, Histórico e Ambiental - APÔITCHÁ	Manutenção das atividades educativas do projeto "roda, rede! Prevenção, letramento e inclusão social", no município de Lucena-PB.	45.320,00
33/2012	Centro de Educação Popular – CENEP	Destinado ao projeto de reforma e ampliação da oficina de remédios caseiros, em Nova Palmeira – PB.	70.958,59
29/2012	Centro de Educação Popular - CENEP	Destinado a aquisição de equipamentos para oficina de remédios caseiros do CENEP, no município de Nova Palmeira - PB.	24.062,34
18/2012	Associação de Apoio ao Trabalho Cultural, Histórico e Ambiental - APÔITCHÁ - Lucena/PB	Transferir recursos financeiros destinados às atividades da referida Associação	44.000,00
17/2013	Centro de Educação Popular - CENEP	Auxiliar na manutenção do CENEP, possibilitando a aquisição de material de consumo para a manutenção do programa de atenção básica com remédios caseiros e práticas como acupuntura e massagem, terapias importantes na convivência com doenças crônicas e na recuperação de outras.	46.389,50
Valor Total dos 11 convênios			813.239,69

Fonte: elaboração própria com base nas informações do SIGA/PB, 2018.

Com base no quadro anterior se observa que foram firmados onze convênios com apenas seis entidades que mais se aproximam dos segmentos de economia solidária, objetivando desde a manutenção das atividades até a aquisição de materiais, somando todos estes convênios num valor total de R\$ 813.239,69 (oitocentos e treze mil duzentos e trinta e nove reais e sessenta e nove centavos). Comparando se com outros tipos de convenientes, tais como Prefeituras e órgãos governamentais, vemos que as transferências de recursos foram muito baixas. Além de não terem sido celebrados convênios com entidades de economia solidária nos anos de 2005, 2007, 2009, 2011 e 2014.

3.2. Convênios com interveniência do FUNCEP/PB com Arranjos Produtivos Locais-APLS

Em meados de 2009, segundo informação divulgada no site oficial do Estado da Paraíba e confirmação da Gerência de Administração de Fundos, foi elaborado Termo de Cooperação entre a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG), a Universidade Federal da Paraíba - UFPB e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas na Paraíba (Sebrae/PB), para a implementação, estruturação e execução do Programa de Arranjos Produtivos Locais - APLs da Paraíba.

De acordo com Cardoso (2014), um Arranjo Produtivo Local pode ser entendido como uma aglomeração de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. Suas principais dimensões são a dimensão territorial, ou seja, os atores do APL estão localizados em certa área onde ocorre interação, a diversidade das atividades e dos atores, tais como empresários, sindicatos, governo, instituições de ensino, instituições de pesquisa e desenvolvimento, ONGs, instituições financeiras e de apoio, o conhecimento tácito (conhecimento adquirido e repassado por meio da interação, conhecimento não codificado), as inovações e aprendizados interativos (inovações e aprendizados que surgem com base na interação dos atores); e a governança (liderança do APL, geralmente exercida por empresários ou pelo seu conjunto representativo – sindicatos, associações).

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (Emater/PB) ficou responsável pelo acompanhamento e a execução do programa. Os Arranjos Produtivos Locais que fizeram parte deste programa eram voltados para os setores de caprinocultura,

ovinocultura, fruticultura, minerais não metálicos, o ramo coureiro-calçadista e de confecções nas diversas regiões do estado paraibano. A intenção era que este programa pudesse potencializar os processos produtivos com aumento econômico da escala e do poder de barganha dos pequenos produtores agrupados em forma de APLs.

Participaram também do programa, a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e da Ciência e Tecnologia (SEMARH), Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECTMA), Secretaria de Estado do Turismo e do Desenvolvimento Econômico (SETDE), Secretaria da Agricultura, e representantes da Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S. A (Emepa), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (Emater), Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas (Empasa).

O referido Programa de Arranjos Produtivos Locais - APLs da Paraíba teve recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de aproximadamente R\$ 3 milhões, com contrapartida de mais de R\$ 7 milhões do FUNCEP/PB, cabendo a duas secretarias estaduais a incumbência de fiscalizar e realizar os procedimentos que envolvem a formalização destes convênios, sendo estas a SEPLAG, que gere o FUNCEP/PB em sua Gerência de Administração de Fundos, e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca (SEDAP), que trabalha especificamente com os arranjos produtivos locais paraibanos.

Com base nas informações disponibilizadas pelo SIGA/PB, foi constatado que no ano de 2010, foram celebrados 33 convênios com recursos do FUNCEP/PB, visando atender ao referido programa, somando um total de 10.342.839,21 (dez milhões, trezentos e quarenta e dois mil, oitocentos e trinta e nove reais e vinte e um centavos) em transferências.

Entretanto de acordo com o Plano Estadual de Economia Solidária, esta foi uma experiência negativa, pois desvirtuou sua finalidade inicial que seria destinar apoio exclusivamente aos empreendimentos econômicos solidários. Tendo como uma das principais motivações a ausência de entendimento por parte do Governo, à época, a respeito do significado dos empreendimentos de economia solidária e pela falta de orientação orçamentária específica para este fim. Sendo elencado os principais projetos com APLs financiados por estes trinta e três convênios a seguir:

Quadro 4 – Principais projetos das APLs com recursos FUNCEP/PB

Nº de convênios	Órgãos envolvidos	Objetivo de cada convênio	Valor total (R\$)
33	SEPLAG SEDAP SEMARH SECTMA SETDE EMEPA EMATER EMPASA UFPB SEBRAE	Projeto produtivo estruturação e consolidação de um empreendimento aquícola no Assentamento Recanto II;	10.342.839,21
		Projeto produtivo caminhos do mel;	
		Projeto otimização da alimentação animal no apl da ovinocapicultura;	
		Projeto otimização da alimentação animal no apl da ovinocapicultura;	
		Projeto produtivo apl do algodão ecológico;	
		Projeto de implantação e beneficiamento de fruticultura;	
		Projeto produtivo microusina de beneficiamento de leite e derivados;	
		Projeto produtivo artesanato local: valorizando a cultura regional;	
		Projeto produtivo casa de farinha / ração / adubo e inseticida orgânico;	
		Projeto produtivo cocada na kenga - gastronomia e artesanato regional;	
		Projeto produtivo central de comercialização dos produtos da agricultura familiar de Sumé-PB;	
		Projeto produtivo indústria de fruticultura;	
		Projeto produtivo instalação de unidade de beneficiamento de leite de cabra do cariri paraibano;	
		Projeto produtivo beneficiamento de frutas e outros derivados;	
		Projeto produtivo de complementação da unidade de beneficiamento de leite;	
		Projeto produtivo de ampliação da mini fábrica de confecções de Livramento;	
		Transferir recursos financeiros da sedap, destinados ao projeto produtivo e de desenvolvimento ecológico da cadeia da mandiocultura na Serra de Teixeira;	
		Projeto produtivo ostreicultura comunitária do complexo estuário rio Mamanguape;	
		Projeto produtivo rota de confecção;	
		Projeto produtivo de instalação de uma unidade de beneficiamento artesanal de derivados de mandioca;	
		Projeto produtivo fortalecimento da cadeia produtiva de sisal da região de Pocinhos-PB;	
		Projeto produtivo fortalecimento da cadeia produtiva da fruticultura de Natuba e região do agreste paraibano;	
		Projeto produtivo de instalação de um paking house para laranja;	
Projeto produtivo arranjo produtivo na cadeia produtiva do algodão orgânico no Assentamento Margarida Maria Alves;			
Projeto produtivo desenvolvimento da bacia leiteira do Agreste, Brejo e Curimatau;			
Projeto produtivo de produção de flores em vasos para fortalecimento de comunidades rurais nos municípios de Areia e Pilões;			
Projeto de viabilização do pagamento de 1% dos débitos em atraso dos agricultores familiares que possuem financiamentos no PRONAF, enquadráveis na lei no. 11.775/2008;			
Projeto produtivo verticalização e inserção mercadológica de hortifrutigranjeiros familiares;			
Projeto produtivo flor do brejo.			

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do SIGA, 2018.

Todavia é possível observar com base nos convênios citados anteriormente como o FUNCEP/PB apresenta uma certa vocação para financiamento de projetos integrados, como o

dos Arranjos Produtivos Locais. Silva (2017) enfatiza que com a necessidade de novos enfoques territoriais de desenvolvimento sustentável e solidário, as iniciativas de economia solidária são fomentadas enquanto soluções estruturantes na articulação de cadeias produtivas e de arranjos econômicos com o adensamento e a verticalização da produção, em redes de cooperação de produção, comercialização e consumo.

3.3 Fomento das ações da política pública estadual de Economia Solidária entre os anos de 2015 a 2018

Os recursos oriundos do FUNCEP para a promoção das ações da política pública estadual de economia solidária são direcionados para a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, que é responsável pelo detalhamento das ações as quais são assistidas em diferentes projetos conforme política pública estadual de economia solidária, gerida pela Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária. Nos últimos quatro anos, a economia solidária na Paraíba conquistou espaços políticos na agenda pública com o fortalecimento de suas organizações representativas e com a criação da SESAES na esfera estadual.

Como observado anteriormente no referencial teórico, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano juntamente com a Secretaria de Saúde, recebem a maior parte dos recursos FUNCEP/PB. Assim entre os anos de 2015 a 2018, tem se o seguinte quadro orçamentário de recursos FUNCEP/PB para atendimento aos projetos da SEDH, dos quais estão inseridas as ações da política pública estadual de economia solidária:

ORÇAMENTO FUNCEP				
Distribuição dos recursos destinados a SEDH	2015	2016	2017	2018
TOTAL	40.110.000,00	78.702.808,00	69.552.435,00	66.244.504,00
Abono Natalino	23.000.000,00	25.729.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00
Bolsa Família	-	-	3.300.000,00	1.300.000,00
Restaurante Popular		11.000.000,00	11.000.000,00	11.000.000,00
Manutenção do NAE		-	470.000,00	470.000,00
Programa Cidadão		-	-	-
Economia Solidária		-	1.960.316,39	1.000.000,00
Educomunicação/ Criança PB		250.000,00	-	-
Apoio ao SIPIA-CT-SINASI		200.000,00	500.000,00	500.000,00
Apoio aos CSU's		200.000,00	1.080.000,00	800.000,00
Casas da Cidadania		500.000,00	867.932,00	680.000,00
Apoio ao CEJUB		-	-	-
Apoio ao Cidade Madura		2.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
Cofinanciamento(transferência a municípios para apoio as residências inclusivas e Centro Dia)		3.000.000,00	5.580.000,00	5.000.000,00

Disque Cidadão		1.000.000,00	1.258.800,00	1.258.800,00
Convênios(Assistência Social)	-	8.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00
Contrapartida Convênio Federal(Prog. Dist. Leite)	-	10.378.000,00	2.513.387,61	3.633.704,00
Proprodutor	-	1.622.000,00	1.622.000,00	1.622.000,00
Projeto distribuição Cartão para aquisição de alimentos		10.000.000,00	11.210.000,00	11.000.000,00
Projetos maio/2016	-	3.323.808,00	-	-
Projeto de Inclusão Social de Crianças e Adolescentes com deficiência (+natação)	-	-	200.000,00	200.000,00
Serviços de acolhimento p/crianças	-	1.500.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
Fortalecimento do SINE-PB	-	-	680.000,00	580.000,00
Fortalecimento das ações de promoção ao acesso a água para comunidades da PB	-	-	200.000,00	200.000,00
Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte	-	-	60.000,00	-

Fonte: elaboração própria com base nas informações da Gerência de Administração de Fundos.

Ainda conforme informações repassadas pela Gerência de Administração de Fundos da SEPLAG, em 2015, foram aprovadas fixações de recursos de cerca de R\$ 469.193,95 (quatrocentos e sessenta e nove mil, cento e noventa e três reais e noventa e cinco centavos), com o objetivo de fortalecimento das ações integradas de economia solidária em construção na Paraíba. As referidas solicitações foram ratificadas pelas Atas nº 69ª e 71ª do Conselho Gestor do FUNCEP.

No ano de 2016, foram aprovadas as fixações de recursos no valor total de R\$ 2.127.000,00 (dois milhões, cento e vinte e sete mil reais), de acordo com a ratificação das Atas das 69ª, 71ª, 73ª e 75ª Reuniões Ordinárias do Conselho Gestor do FUNCEP. Segundo Relatório da SESAES, no ano de 2016 o, só foram investidos desse montante apenas R\$ 903.996,34 (novecentos e três mil novecentos e noventa e seis reais e trinta e quatro centavos) nas ações da política estadual de economia solidaria, sendo esse investimento em contratação de serviços, aquisição de materiais permanentes e materiais de consumo. Discriminados nos dois quadros a seguir disponibilizados pela SESAES:

Material	Natureza	Qtde	Valor R\$	Serviço	Natureza	Qtde	Valor R\$
Prensas	Material Permanente	07	276.500,00	Oficinas de Reaproveitamentode Material Reciclado	Serviço	05	7.900,00
Furadeira de Bancada		01	1.745,00	Oficina de Melhoramento de Produto		01	8.000,00
Móveis sob Medida		01	117.000,00	Descentralização EMATER		01	9.202,00
Forno		01	7.999,00	Tecnologia de		01	7.200,00

Industrial				Aplicativo para Produto			
Mesas		40	2.920,00	Assessoria Técnica		01	7.920,00
Cadeiras		40	1.512,00	Oficinas/ Projetos Fundos Rotativos		04	6.909,34
Placa de Identificação		02	5.949,00	Sonorização		01	178.000,00
Tendas 3X3	Material de Consumo	10	3.500,00	Oficinas de Segurança do Trabalho		04	7.740,00
Colchões		14	4.000,00	Alimentação e Hospedagem		04	250.000,00
Total		421.125,00		Total			482.871,34

Fonte: Informações repassadas pela SESAES, outubro/2018.

No ano de 2017, foram aprovadas as fixações de recursos no valor total de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), de acordo com a ratificação das Atas das 79ª e 82ª Reuniões Ordinárias do Conselho Gestor do FUNCEP. Segundo informações passadas pela SESAES, no ano de 2017 a destinação dos recursos oriundos do FUNCEP/PB, foram para contratação de serviços, aquisição de materiais permanentes e materiais de consumo, tais como a aquisição de carrinho de coleta seletiva, balança, cadeiras e mesas de plástico, ar condicionado 30.000 btus, expositores de madeira, prateleiras de vidro incolor retangular 60x15, tenda flex 3x3, sacolas personalizadas para o Centro Público de Economia Solidária, contratação de serviço de Assessoria, agricultura urbana, serviço de mapeamento e diagnóstico dos empreendimentos solidários, realização de estudo de cadeia produtiva de material reciclado nos municípios de: João pessoa, Guarabira, Campina Grande, Patos, Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Sousa, Cajazeiras, Conceição, Contratação de Pessoa Jurídica Segurança Armada, Contratação de Pessoa Jurídica para serviços de Alimentação, Contratação de Pessoa Jurídica para serviços Hospedagem, e Contratação Pessoa Jurídica para Consultorias Pontuais. A SESAES não especificou em seus dados o quantitativo e valor total de cada demanda.

No ano de 2018, foi aprovada a fixação de recursos no valor total de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), de acordo com a ratificação da Ata da 83ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do FUNCEP. A SESAES não disponibilizou em tempo hábil os dados referentes às demandas do corrente ano. Mas é sabido que boa parte desses recursos é direcionada para a manutenção do Centro Público de Economia Solidária e das Casas de Economia Solidária.

Nessa conjuntura, é notável que as transferências de recursos do FUNCEP/PB são atualmente o principal meio de financiamento utilizado pelo Governo do Estado para concretizar a viabilização de tais programas e ações, contribuindo para a estruturação de

projetos subsequentes e complementares. Deste modo com base nas informações demonstradas pelas tabelas anteriores se pode observar que há uma considerável variação da transferência de recursos do FUNCEP para com as ações da política pública estadual de economia solidária, geridas pela SESAES, sendo totalizado, de 2015 até 2018, um montante de R\$ 4.096.193,95 (quatro milhões, noventa e seis mil, cento e noventa e três reais e noventa e cinco centavos) para dar subsídios ao fortalecimento das ações integradas de economia solidária na Paraíba. O quadro a seguir mostra como foi realizada a distribuição dos recursos por ano.

Quadro 5 – Transferência de Recursos FUNCEP/PB destinado a SESAES, 2015-2018

Ano	Discriminação da ação	Fixação de recursos
2015	Fortalecimento das ações integradas de economia solidária em construção na Paraíba.	469.193,95
2016	Fortalecimento das ações integradas de economia solidária em construção na Paraíba e acréscimos ao projeto.	2.127.000,00
2017	Fortalecimento das ações integradas de economia solidária em construção na Paraíba e acréscimos.	1.000.000,00
2018	Fortalecimento das ações integradas de economia solidária em construção na Paraíba.	500.000,00
Total geral de recursos aprovados para a SESAES		4.096.193,95

Fonte: Gerência de Administração de Fundos (FUNCEP-FDE), 2018.

Com base nas informações fornecidas pela SESAES, a principal destinação destes recursos foram o custeio com serviços de reforma e aquisição de equipamentos permanentes para atendimento das necessidades dos espaços públicos de Economia Solidária, citando a Central de Beneficiamento e Comercialização da Economia Solidária de Sapé, a Casa de Economia Solidária de Sumé, a Casa de Economia Solidária de Soledade, a Casa de Economia Solidária de Pombal e o Centro Público de Economia Solidária, localizado em João Pessoa. Estes espaços públicos de economia solidária necessitam de investimentos contínuos para sua manutenção e melhoria, os recursos do FUNCEP/PB vêm viabilizando a realização destas ações que estruturam a política pública estadual de economia solidária, através da indução do fortalecimento da institucionalidade da política pública a partir do direcionamento dos recursos para a política no período citado e a centralização da gestão dos recursos na SESAES.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos convênios e projetos apoiados pelo FUNCEP/PB e sua relação com as ações da política pública estadual de economia solidária no território paraibano se pode notar a importância deste fundo, com vistas a proporcionar a diminuição da vulnerabilidade social, a melhoria das condições de moradia, a ampliação do acesso a serviços públicos de saúde e de educação bem como a geração de renda, a qualificação para o trabalho, o fornecimento de uma alimentação suplementar e outras atividades sociais de relevante interesse público.

Em todo o território do Estado da Paraíba encontram-se trabalhadores, trabalhadoras e organizações coletivas que são público alvo das políticas públicas estaduais de economia solidária. Estas podem ser associações, grupos de produtores, grupos de consumidores, cooperativas, redes e instituições que adotam os princípios da Economia Solidária. Embora reúna práticas históricas, sendo o movimento de Economia Solidária no Estado da Paraíba é visto como uma cadeia produtiva alternativa, centrada em práticas tradicionais. As políticas públicas implementadas até o momento foram benéficas, ainda não são suficientes para isto é necessário que se tenha a continuidade do fomento e aumento das transferências de recursos do FUNCEP/PB para com estas ações.

Contudo, avanços significativos foram realizados nos últimos anos, viabilizados, sobretudo, na agenda implementada pelo Governo Estadual para a Economia Solidária, através de recursos provenientes do FUNCEP/PB. Por meio de projetos direcionados, como é o caso do PAIES, que promove e fomenta a Economia Solidária, enquanto um instrumento da referida política pública estadual.

Na Paraíba ainda persistem desafios importantes para alcançar e consolidar a superação da extrema pobreza e de um amplo conjunto de desigualdades sociais, regionais, educacionais, étnicas e de gênero, etc. A democratização das relações econômicas por meio de um modelo de desenvolvimento soberano, sustentável e solidário se configura como uma estratégia fundamental para possibilitar o acesso de todos os cidadãos e cidadãs aos benefícios do crescimento econômico. A consolidação da Economia Solidária, enquanto política pública, constitui uma parte importante desse esforço.

A construção da viabilidade econômica e a eficácia social destas iniciativas requerem e têm demandado do Estado, investimentos de aporte econômico-social no âmbito das políticas públicas, pois para responder às demandas crescentes dos empreendimentos e demais

atores da Economia Solidária, dezenas de Estados e Municípios criaram nos últimos anos suas políticas públicas nesse setor, aprovando marcos legais, construindo instâncias de operacionalização e de diálogo com a sociedade.

Vale ressaltar que parte das informações necessárias para a complementação da pesquisa não foram obtidos em tempo hábil devido dificuldades em obtenção de dados mais detalhados dos projetos e ações desenvolvidos pela SESAES, ficando para pesquisas futuras o aprofundamento desta análise. Podendo se concluir inicialmente que muito se avançou no Estado da Paraíba, em especial devido a criação da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária, contribuindo bastante para a consolidação de uma agenda de execução de proposições articuladas, e a elaboração do Plano Estadual de Economia Solidária, como principal diretriz, ambos atuando para a melhoria e aperfeiçoamento da política pública estadual. Mas ainda há muitos desafios para a consolidação desta política pública que necessita de uma estratégia clara e integrada de apoio e fortalecimento aos empreendimentos solidários e também a disponibilização de instrumentos que ajudem no reconhecimento de suas particularidades e demandas específicas.

Neste sentido, o FUNCEP tem um papel importante no financiamento de ações de economia solidária, mesmo sendo identificado o baixo percentual destinado para esta política, mas é possível apontar para uma abertura importante de estruturação da política estadual de economia solidária, seja por meio da vocação de financiar projetos integrados, como o dos Arranjos Produtivos Locais, seja através da indução do fortalecimento da institucionalidade da política pública a partir do direcionamento dos recursos para a política no período entre 2015 a 2018 e a centralização da gestão dos recursos na Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária.

Referências

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária(2005). **Atlas da Economia Solidária o Brasil**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>>

CARDOSO, U. C. **APL: arranjo produtivo local**. Série Empreendimentos Coletivos. Brasília : Sebrae, 2014.

CARNEIRO, V G. **Políticas Públicas Municipais de Economia Solidária e a Dimensão Sociopolítica dos Empreendimentos Econômicos Solidários**. Belo Horizonte, MG. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

CATTANI, A.; et al. (orgs.). **Dicionário internacional da outra economia**.Coimbra: Almedina, 2009. 345 p.

CITÓ, M. H. C. **Avaliação das Políticas Públicas de Economia Solidária**: Acesso por Grupos organizados na Cidade de Fortaleza. 2010. 105f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza (CE), 2010.

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA. **Sistema de Informações Governamentais**. Consulta de Convênios e Contratos. Disponível em <<http://www.cge.pb.gov.br/siga/siga01.asp?pa=nc>>.

FAÉ, S. I. e NONATO, R. S. **Caminhos e descaminhos para a institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária no Brasil**. Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo, São Paulo, V.1.1, 2017, p.48-60.

FERNANDES, V. M. **Uma análise da gestão do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza do Estado da Paraíba – FUNCEP-PB 2011-2014**. João Pessoa: UFPB, 2015.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. **Governo realiza última reunião de elaboração do Plano de Economia Solidária**. João Pessoa, 27 de maio de 2016. Disponível em <<http://paraiba.pb.gov.br/governo-realiza-ultima-reuniao-de-elaboracao-do-plano-de-economia-solidaria/>>. Acesso em 30 de Setembro de 2018.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. **Governo apresenta em Audiência Pública ações da Economia Solidária no Estado**. João Pessoa, 27 de setembro de 2017. Disponível

em <<http://paraiba.pb.gov.br/governo-apresenta-em-audiencia-publica-acoes-da-economia-solidaria-no-estado/>> . Acesso em 30 de Setembro de 2018.

PARAÍBA. Legislação estadual. Disponível em <<http://www.al.pb.leg.br/leis-estaduais>>.

PARAÍBA. Medida Provisória nº 230, de 02 de janeiro de 2015. Altera a Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, que estabeleceu a Estrutura Organizacional da Administração Direta do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado da Paraíba, 03 jan. 2015. Nº 15.723, p. 01.

PITAGUARI, S. O. et al.(Orgs.). **A sustentabilidade da economia solidária: contribuições multidisciplinares.** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2012. 318p.

PLANO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em: http://www.rededegestoresecosol.org.br/wp-content/uploads/2017/08/plano_economia_solidaria_2017.pdf. Acesso em 18 de setembro de 2018.

LOPES B. e AMARAL, J. N. **Políticas Públicas: conceitos e práticas.** Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. 48 p.

REDE DE GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em <http://rededegestoresecosol.org.br/wp-content/uploads/2015/11/Convenio-n%C2%BA-00059-MTE-SENAES-SINONV-795123-2013.pdf>

SANTOS, R. C. **Manual de execução de convênios.** João Pessoa: Seplag, 2012.

SILVA, R. M. A. da. **Políticas públicas de economia solidária no Brasil: conquistas de direitos e desafios institucionais.** Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo, São Paulo, V.1.1, 2017, p. 8-34.

SCHIOCHET, V. **Institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária: Breve trajetória e desafios.** Economia solidária e políticas públicas. Brasília: IPEA - Mercado de Trabalho, nº 40, 2009.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** 1ª ed. –São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2002. 127p.

_____, P. e SOUZA, A. R. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** 2ª ed. --São Paulo: Contexto, 2003.

TOTVS. **Tabela FUNCEP - Fundo de Combate à pobreza (2016).** Disponível em: <<http://tdn.totvs.com/pages/releaseview.action?pageId=224128008>>.